

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

## EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 - TCB

**PROCESSO Nº: 00095-00000320/2026-41**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**INTERESSADO:** Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília

**CÓDIGO UASG:** 926167

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços continuados de transporte escolar abrangendo fornecimento de veículos e operadores (motorista e monitor) a fim de suprir as necessidades e demandas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) no que tange ao atendimento de estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal vinculados à Coordenação Regional de Ensino do Itapoã, em trajetos rurais e/ou urbanos, da residência/unidade escolar/residência, em atividades curriculares e eventualmente as extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições Educacionais, conforme condições e especificações deste Termo de Referência e seus anexos.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 25/06/2026, às 10h

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR VALOR GLOBAL

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM

**ESTIMATIVA GERAL:** CARÁTER SIGILOSO

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

**ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no sistema Comprasnet pelo portal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

## EDITAL DE LICITAÇÃO

A **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB**, Empresa Pública do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 4.545/64, inscrita no CNPJ sob o nº 00.037.127/0001-85, com sede no Setor de Garagens Oficial Norte – SGON, Quadra 06, Lote Único, Bloco “A”, situada nesta Capital, CEP: 70.610-660, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do **MENOR VALOR GLOBAL**, para contratação do objeto especificado no Anexo I deste edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 13.303/2016, e Lei Complementar nº 123/2006, bem como as demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto, observadas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

Para a promoção do certame será adotado o rito da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, regido pela Lei nº 14.133/2021, conforme inciso V, art. 4º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TCB e será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema “Comprasnet”, constante da página eletrônica: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir acerca das impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e também estará disponibilizado para consultas, na íntegra, no endereço eletrônico [www.tcb.df.gov.br](http://www.tcb.df.gov.br).

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de transporte escolar abrangendo fornecimento de veículos e operadores (motorista e monitor) a fim de suprir as necessidades e demandas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) no que tange ao atendimento de estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal vinculados à Coordenação Regional de Ensino do Itapoã, em trajetos rurais e/ou urbanos, da residência/unidade escolar/residência, em atividades curriculares e eventualmente as extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições Educacionais, conforme condições e especificações deste Termo de Referência e seus anexos

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. As sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar da licitação, desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, consoante as Decisões nºs 3.250/2025, 1.469/2024 e 10/2021. (Redação dada em cumprimento a Decisão nº 4757/2025 - TCDF)

- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.6.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
    - 2.6.10.1. A participação de consórcios fica vedada, pois o objeto exige responsabilidade técnica única, operação centralizada e gestão contratual direta, fatores essenciais à continuidade e à segurança das atividades do Centro de Controle Operacional da TCB. A atuação consorciada poderia gerar fragmentação, dificultar a fiscalização e comprometer a eficiência do serviço.
  - 2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 38 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.10.5 e 2.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 13.303, de 2016.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso, em consonância com o art. 34 da Lei nº 13.303/2016 e art. 18 do [RILC da TCB](#).
- 3.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.
- 3.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.3.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.4.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.4.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2, 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 13.303, de 2021, no RILC da TCB e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.12.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 5.3. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6.1. No regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento será o de **MENOR VALOR GLOBAL**, observadas as condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de predominância de mão de obra, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência e seus anexos.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015, e Lei Distrital nº 4.611, de 2011,
- 6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).
- 6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
- 6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.
- 6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.1. empresas estabelecidas no território do Distrito Federal;
- 6.20.2. empresas brasileiras;
- 6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.22. Os critérios de desempate elencados estão parametrizados no sistema COMPRASNET, uma vez que o sistema está adequado para o rito do pregão previsto na lei 14.133/2021.
- 6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 38 da Lei nº 13.303, de 2016, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. Sicaf;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7. Em se tratando de serviços com predominância de mão de obra, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 7.7.1. **Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transportes Rodoviários de Passageiros Interestadual, Internacional, Transporte de Turismo, Transporte Escolar e Fretamento do Distrito Federal**, registro nº DF000088/2026.
- 7.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.
- 7.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.9.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 7.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.16. No caso de serviços com predominância utilização de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 7.16.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 7.16.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- 7.16.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- 7.16.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.17. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 7.18. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade

do preço.

7.19. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.20. O pregoeiro e/ou equipe de apoio devem verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.21. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 58 da Lei nº 13.303, de 2016.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia dos veículos é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.7.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio do endereço eletrônico: **licitacao@tcb.df.gov.br**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.7.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.8. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Comissão.

8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.11. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Ressalvado o disposto no item anterior, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

### **8.12.1. Habilitação jurídica:**

8.12.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.12.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na



Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.;

8.12.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.12.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.12.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.12.2.6.1. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

8.12.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### 8.12.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.12.3.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

8.12.3.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.12.3.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

8.12.3.4. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta.**

8.12.3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.12.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 8.12.4. **Qualificação Técnica:**

8.12.4.1. As Licitantes deverão comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e relação do pessoal técnico adequado, além da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

8.12.4.2. As Licitantes deverão comprovar qualificação técnica operacional mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos pelos Contratantes titulares de pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante prestou os referidos serviços, de forma contínua, pelo período de no mínimo 12 meses e com utilização de quantitativo de veículos compatível com o porte e a complexidade do objeto, correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da frota mínima (operante) prevista nesta contratação.

8.12.4.3. Por atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação entende-se a prestação de serviço de transporte escolar com veículos do tipo ônibus, motorista e monitor do transporte escolar.

8.12.4.4. Os atestados de capacidade técnica deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos: identificação do emitente, descrição clara dos serviços prestados, período de execução, quantitativo de veículos empregados, endereço e telefone de contato do emitente.

8.12.4.5. A TCB reserva-se o direito de promover diligências com o objetivo de verificar a veracidade das informações constantes dos atestados apresentados, podendo, inclusive, solicitar documentação complementar, tais como notas fiscais, contratos, ordens de serviço ou outros documentos que comprovem a efetiva prestação dos serviços.



8.12.4.6. A licitante deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, **Declaração da Licitante**, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, atestando que dispõe de pessoal técnico qualificado, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a execução do objeto da licitação, bem como informando a qualificação de cada membro da equipe técnica responsável pelos trabalhos.

8.12.4.7. É facultado às empresas interessadas realizar o reconhecimento prévio dos veículos e dos percursos a serem executados antes da apresentação das propostas, com a finalidade de tomar conhecimento técnico da situação dos veículos e da situação dos locais, da extensão dos serviços, das dificuldades operacionais, das distâncias entre as unidades a serem atendidas e de todas as condições necessárias à perfeita execução dos serviços. Tal faculdade encontra respaldo no entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, conforme Acórdão nº 1.599/2010 – TCU e Decisões nº 1.443/2011, 3.119/2011 e 4.117/2011 – TCDF.

#### 8.12.5. Disposições gerais sobre habilitação

8.12.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.12.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.12.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### 8.12.6. Documentação complementar para cooperativas

8.12.6.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.12.6.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.12.6.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.12.6.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.12.6.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.12.6.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.12.6.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.12.6.1.6.1. ata de fundação;

8.12.6.1.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

8.12.6.1.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.12.6.1.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

8.12.6.1.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

8.12.6.1.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

8.12.6.1.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fê pública.

8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.20. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.21.

## 9. DA VERIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL

9.1. Concluída a fase de habilitação e declarado o vencedor, a empresa será submetida a uma Diligência Técnica, a ser realizada por equipe designada pela TCB, como condição indispensável para a assinatura do contrato.

9.2. A diligência ocorrerá nas instalações da licitante para a emissão de Laudo Técnico que ateste a veracidade da Declaração da Licitante (item 8.12.4.6), verificando-se o aparelhamento, pessoal, infraestrutura operacional e conformidade da frota, conforme os critérios do Formulário de Avaliação Técnico-Operacional e do Formulário de Vistoria Veicular.

9.3. A licitante que atingir pendências pontuais, deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, improrrogáveis, promover as adequações necessárias para alcançar os requisitos do Termo de Referência e descritos no Formulário de Avaliação Técnico-Operacional e do Formulário de Vistoria Veicular.

9.4. Essa exigência fundamenta-se na necessidade de mitigar riscos operacionais e garantir a execução plena do contrato, cujas atividades deverão ser iniciadas imediatamente após a sua assinatura, sem prejuízo à continuidade do serviço.

9.5. A empresa vencedora deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, relação nominal dos veículos que serão utilizados na prestação dos serviços, acompanhada das respectivas cópias dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, emitidos em nome da Contratada.

9.6. O não atendimento aos itens 9.2 e 9.5 implicará a decadência do direito à contratação, facultando-se à TCB convocar os licitantes remanescentes, conforme a ordem de classificação, ou revogar o certame por interesse público.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei nº 13.303/2016, podendo ser substituído pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, nos termos do art. 73 da referida lei, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei nº 13.303/2016 e alterações subsequentes.

10.3. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

10.3.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, prorrogável nos limites da lei 13.303/16.

10.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.6. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES -SEI, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da assinatura do instrumento de contrato, por meio do link: [https://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0).

10.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

10.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

10.9. A recusa em assinar o contrato sem motivo justificado, devidamente aceito pela Administração, implicará nas Sanções cabíveis à espécie. O critério de revisão, quando couber, será aquele estipulado pelo Decreto 44.330/2023 e demais normas pertinentes.

10.10. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus Anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

10.11. O contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.

10.12. O contrato poderá ser rescindido conforme cláusulas específicas do próprio instrumento.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. Além das regras estabelecidas no Termo de Referência, para efeito de pagamento, a TCB consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da Contratada:

11.1.1. Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

11.1.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

11.1.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.

11.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

11.1.5. Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.

11.1.6. Em havendo a impossibilidade de consulta, pela Administração, aos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.

11.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

11.2.1. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento pela Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA/IBGE.

11.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

- 11.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte:
- 11.4.1. A multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e
- 11.4.2. Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do serviço, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 11.5. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, e alterações posteriores.
- 11.5.1. Ficam excluídas desta regra:
- a) os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;
- b) os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- c) os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.
- 11.6. Será efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN nº 1.244/2012.
- 11.6.1. A retenção dos tributos não será efetivada caso a licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.
- 11.7. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.
- 11.7.1. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.
- 11.7.2. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 12.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

- 13.1. As obrigações da Contratada e da Contratante são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **14. DOS RECURSOS**

- 14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133, de 2021.
- 14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 14.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e § 1º do art. 51 da Lei nº 13.303, de 2016, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.df.gov.br/>.

## **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou publicação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) de acordo com a

fase do procedimento licitatório.

15.2.2. É responsabilidade do licitante acompanhar o andamento a licitação e manter seus dados cadastrais atualizados.

## **16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

16.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às sanções previstas na Lei nº 13.303/2016, em conformidade com os arts. 188 à 194 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TCB, anexo deste Edital.

## **17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico: [licitacao@tcb.df.gov.br](mailto:licitacao@tcb.df.gov.br).

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro e/ou Comissão, nos autos do processo de licitação.

17.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17.7. Na hipótese de a TCB não decidir a impugnação até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação deverá ser adiada, convocando-se nova data para entrega das propostas observados os prazos legais de publicidade.

17.8. As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados e passam a integrar o instrumento convocatório na condição de anexos.

17.8.1. Na hipótese de a TCB não responder o pedido até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação deverá ser adiada, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá o (a) pregoeiro (a), fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.

18.5. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a executar o objeto do contrato conforme previsto no Termo de Referência.

18.6. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.

18.7. À Presidência da TCB fica reservado o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do Art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

18.8. A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei nº 13.303/2016, art. 81).

18.9. Todo e qualquer pedido alteração do Contrato/Nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

18.10. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei nº 13.303/2016/93, art. 81).

18.11. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Pregão;

18.12. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

18.13. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

18.14. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.15. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.16. O resultado de julgamento do certame será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

18.17. É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil na prestação dos serviços objeto desta licitação, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.

18.18. O inteiro teor do Regulamento Interno de Licitações e Compras - RILC da TCB está disponível no sitem [www.tcb.df.gov.br](http://www.tcb.df.gov.br), na área de acesso à informação, transparência pública, lei 13.303/2016, ou diretamente pelo link: <https://tcb.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/RILC-ok.pdf>.

18.19. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.20. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo(a) Pregoeiro(a), no endereço mencionado no preâmbulo, ou através do telefone 61- 3344-2769, ou por e-mail: [licitacao@tcb.df.gov.br](mailto:licitacao@tcb.df.gov.br).

18.21. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-644-9060

**19. ANEXOS**

- 19.1. Integram o presente instrumento convocatório os seguintes anexos:
- Anexo I - Termo de Referência;
  - Anexo II - Modelo de Proposta;
  - Anexo III - Modelo de Declaração Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019;
  - Anexo IV - Sanções RILC TCB;
  - Anexo V - Minuta de Contrato; e
  - Anexo VI - Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical.

Anexo I - Termo de Referência  
(204643598)

**Termo de Referência para Contratação de Transporte Escolar - Região do Itapoã**

1. **DO OBJETO**
2. **DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO**
3. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
4. **DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
5. **DOS VEÍCULOS**
6. **DOS PROFISSIONAIS**
7. **DA INAPLICABILIDADE DA COTA RESERVADA**
8. **DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
9. **DOS ITINERÁRIOS E QUILOMETRAGEM ESTIMADA**
10. **DAS INFORMAÇÕES PARA ESTIMATIVA DOS CUSTOS**
11. **DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
12. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO**
13. **DA VERIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL**
14. **DO PRAZO CONTRATUAL**
15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
16. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
17. **DA GARANTIA DO CONTRATO**
18. **DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS**
19. **DA PENALIDADE**
20. **DO PAGAMENTO**
21. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
22. **DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**
23. **DO REAJUSTE CONTRATUAL**
24. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
25. **DO FORO**
26. **DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Trata-se de processo administrativo que visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de transporte escolar abrangendo fornecimento de veículos e operadores (motorista e monitor) a fim de suprir as necessidades e demandas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) no que tange ao atendimento de estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal vinculados à Coordenação Regional de Ensino do Itapoã, em trajetos rurais e/ou urbanos, da residência/unidade escolar/residência, em atividades curriculares e eventualmente as extracurriculares contidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições Educacionais, conforme condições e especificações deste Termo de Referência e seus anexos.

**2. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO**

2.1. A presente contratação possui como fator determinante a obrigatoriedade institucional desta Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília - TCB em garantir o atendimento de transporte escolar aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

2.2. Sabe-se que tal incumbência advém do cenário após publicação do Decreto nº 40.385, de 13 de janeiro de 2020, alterado pelo Decreto nº 46.010 de 12 de julho de 2024 o qual transferiu à TCB a gestão e a operação do Serviço de Transporte Escolar - STCE do Sistema de Transporte Público

2.3. Neste diapasão, e considerando que a TCB não possui recursos materiais e humanos necessários para exercer as funções objeto desta contratação para atendimento da demanda, tais como pessoal (motorista e monitor), veículos, materiais e mão de obra para manutenção preventiva e corretiva, verifica-se que tal contratação se faz necessária.

2.4. Cumpre esclarecer que atualmente cerca de 3223 estudantes vinculados à unidades escolares da Coordenação Regional de Ensino do Itapoã utilizam o transporte escolar público para acesso a unidade escolar, assegurando, de forma incontestável, a redução da evasão/abandono escolar e promovendo a inclusão educacional.

2.5. Nesta perspectiva, a execução dos serviços é permeada de elementos de essencialidade, ou seja, sua interrupção ou execução com baixa qualidade, provoca graves danos, de várias ordens e de difícil reparação, considerando tratar-se de intervenção direta do Estado na garantia de acesso Constitucional ao ensino.

2.6. Desta forma, a contratação de uma empresa especializada, devidamente qualificada e experiente é imperativa para garantir a continuidade e a qualidade do serviço.

2.7. Diante do exposto, o gestor do transporte escolar, para constante melhoria dos serviços, deverá atentar para:

2.7.1. Constantes alterações do número de beneficiários, que acarretam na variação do quantitativo de veículos para o atendimento, seja pela inclusão de novos percursos ou pela alteração dos existentes;

2.7.2. Novas demandas que surgem, advindas das novas concepções ideológicas de educação e atendimento às necessidades reais dos discentes, que implicam em atividades diversificadas, curriculares ou extracurriculares, não adstritas somente ao âmbito escolar, ou seja, pelo atendimento à garantia de efetivação do direito subjetivo à educação, como fins colimados na Constituição Federal de 1988, e baseados em todos os princípios esculpidos nos diplomas infraconstitucionais atinentes à educação.

2.8. Neste diapasão, a Constituição Federal, em seu artigo 227, prevê que a educação é um direito da criança e do adolescente. Da mesma forma, esse direito está assegurado pelo Princípio 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3.1. O presente certame se processará por meio de Pregão Eletrônico e ainda observará a Lei No. 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos desta TCB, bem como nas seguintes legislações:

3.1.1. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e suas alterações;

3.1.2. Lei No. 6.434, de 20 de dezembro de 2019, a qual dispõe sobre a estrutura e funcionamento da administração pública distrital;

3.1.3. Lei Nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, a qual institui o programa de transporte escolar no DF. Base específica para o serviço;

3.1.4. Lei Orgânica do Distrito Federal;

3.1.5. Lei Complementar No. 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, a qual institui o Estatuto nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

3.1.6. Lei No. 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações: Estatuto da Criança e do Adolescente;

3.1.7. Lei N.º 4.770 de 22 de fevereiro de 2012, a qual dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal);

3.1.8. Lei No. 4.320, de 17 de março de 1964, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para controle e Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

3.1.9. Lei No. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações: Código de Trânsito Brasileiro;

3.1.10. Lei No. 5.097, de 29 de abril de 2013 a qual estabelece diretrizes para educação inclusiva e transporte de estudantes com deficiência;

3.1.11. Lei No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

3.1.12. Lei Federal No. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recepcionada pelo Distrito Federal pela Lei No. 2.834, de 7 de dezembro de 2001; a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública;

3.1.13. Lei 14.133 de 1º de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos, subsidiariamente, no que couber, e e desde que compatíveis com o regime jurídico das empresas estatais;

3.1.14. Decreto No. 10.024, de 20 de setembro de 2019, recepcionado no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.205, de 30 de outubro de 2019, o qual regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns;

3.1.15. Decreto No. 35.592, de 02 de julho de 2014, que regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais previsto na Lei nº 4.611, de 9 de agosto de 2011;

3.1.16. Decreto No. 40.385, de 13 de janeiro de 2020, o qual transfere para a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB) a gestão e operação do Serviço de Transporte Escolar (STCE) do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF);

3.1.17. Decreto Distrital No. 32.598, de 15 de dezembro de 2010, o qual Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências;

3.1.18. Decreto Distrital No. 37.332, de 12 de maio de 2016, a qual estabelece procedimento para o cadastramento e a exploração do serviço de Transporte Coletivo de Escolares do Distrito Federal, e dá outras providências;

3.1.19. Decreto Lei No. 200, de 25 de fevereiro de 1967; Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

3.1.20. Portaria No. 192, de 10 de junho de 2019, da SEEDF, a qual estabelece os critérios e procedimentos para oferta do transporte escolar aos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal;

3.1.21. Resolução No. 504/2014 – CONTRAN, a qual estabelece a utilização obrigatória de espelhos retrovisores, câmeras de monitoramento ou dispositivos equivalentes em veículos de transporte escolar;

3.1.22. Resolução No. 819/2021 – CONTRAN, a qual dispõe sobre o transporte de crianças com idade inferior a dez anos que não tenham atingido 1,45 m (um metro e quarenta e cinco centímetros) de altura no dispositivo de retenção adequado;

3.1.23. Resolução No. 4.742 de 08 de maio de 2013, aprova alterações no Manual dos Padrões Técnicos dos Veículos do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF;

3.1.24. Portaria Conjunta SEDF/SEMOB/TCB Nº 21, de 23 de agosto de 2024;

3.1.25. ABNT NBR 14022: Acessibilidade em veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros;

3.1.26. Decreto Nº 8.538, de 06 de outubro de 2015;

3.1.27. Instrução Normativa No. 05, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, recepcionada no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 38.934, de 15 de março de 2018;

3.1.28. Entre outros especificados no decorrer do presente Termo de Referência.

#### **4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. Trata-se da prestação de serviço da seguinte natureza:

4.1.1. Atendimento ao processo licitatório pelo prazo de 30 (trinta) meses, por empresa (s) especializada (s) na prestação de serviços continuados de transporte escolar, incluindo o pessoal necessário à operação, administração e manutenção dos veículos, nele incluídos todos os tributos, encargos, despesas indiretas e benefícios, em consonância com as determinações expressas designadas pela TCB, cuja finalidade é prestar serviços de transporte público escolar gratuito aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, em trajetos rurais ou urbanos, da residência/Unidade Escolar/residência, em atividades curriculares (interescolares) e eventualmente as extracurriculares, vinculadas às demandas da Coordenação Regional de Ensino do Itapoã.

4.1.2. Desta forma, ressalta-se que a pretensa contratação é de natureza comum.

#### **5. DOS VEÍCULOS**

5.1. A licitante deverá disponibilizar e manter, durante toda a execução contratual, quantitativo de veículos suficiente para assegurar a prestação dos serviços, garantindo o atendimento integral ao quantitativo de estudantes previsto em cada itinerário constante do Anexo I, e suas atualizações, acrescido de 5% (cinco por cento) a título de reserva técnica.

5.2. Os veículos integrantes da reserva técnica deverão permanecer aptos à operação e disponíveis para substituição imediata em caso de indisponibilidade operacional, manutenção, sinistro ou qualquer intercorrência que comprometa a prestação do serviço.

5.3. Nesse sentido, e considerando o atendimento atual, para fins do presente certame a licitante deverá comprovar, para fins de habilitação técnica, a disponibilidade de 52 (cinquenta e dois) veículos operacionais, acrescido de 3 (três) veículos destinados à reserva técnica, suficientes para assegurar a continuidade e a regularidade da prestação dos serviços.

5.4. Os veículos destinados ao atendimento deverão apresentar no início da prestação dos serviços as seguintes características:

5.4.1. Capacidade mínima de 38 passageiros sentados;

5.4.2. Idade máxima de até 5 (cinco) anos de fabricação, verificada na data da assinatura do contrato ou, no caso de inclusão posterior, na data da vistoria de apresentação do veículo;

5.4.3. Sistema de Ar-condicionado;

5.4.4. Registro no Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF como veículo de passageiros;

5.4.5. Comprovantes de regularidade do ano corrente - CRLV;

5.4.6. Vistorias de inspeção semestrais realizadas pelo DETRAN-DF, para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

5.4.7. Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda extensão lateral e traseira da carroceria, com o dizer ESCOLAR em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas deverão ser invertidas;

5.4.8. Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira; e lanternas equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), sonorizador e câmara de marcha à ré;

5.4.9. Lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

5.4.10. Cintos de segurança em número igual à lotação;

5.4.11. Autorização à condução coletiva de escolares emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito do Distrito Federal, em conformidade com o art. 136 da Lei Nº 9.503 de 23 de setembro de 1997- Código de Trânsito Brasileiro, que deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares (estudantes) em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante de conformidade com o art. 137 do mesmo diploma legal;

5.4.12. Comprovante do **seguro do veículo que indenize danos materiais e pessoais, obedecendo ao limite mínimo de indenização no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).**

5.5. Após assinatura do contrato será realizada a caracterização da frota apresentada para a execução da prestação de serviço e, caso necessário, será feito a revisão dos custos que envolvem o quantitativo de veículos, de Depreciação e de Remuneração da Frota e, consequentemente, do Custo por Quilômetro Unitário do contrato.

5.6. Durante a execução contratual, inclusive em eventual prorrogação, admite-se que os veículos originalmente vinculados ao contrato atinjam idade superior a 5 (cinco) anos, observado o limite máximo de até 10 (dez) anos de fabricação, desde que mantidas integralmente as condições de segurança, conservação, desempenho operacional e conformidade regulatória, devidamente atestadas em vistoria da TCB.

5.7. A previsão de que os veículos possam atingir até 10 (dez) anos de fabricação durante a execução ou em caso de prorrogação contratual não descaracteriza a exigência técnica de frota moderna na contratação inicial, mas reflete a adoção de critérios de razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa, orientados pelo ciclo de vida do ativo e pela necessidade de assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público.

5.8. A TCB realizará vistoria em todos os veículos antes do início da prestação dos serviços de transporte escolar e, posteriormente, de forma periódica, com a finalidade de verificar o atendimento integral às exigências contratuais e, em especial, quanto aos aspectos relativos à idade dos veículos, capacidade de passageiros, condições de segurança, higiene e conservação, nos termos e critérios definidos no Formulário de Vistoria Veicular.

5.9. A aprovação na vistoria constitui condição indispensável para a entrada e permanência do veículo em operação, podendo a TCB, a qualquer tempo, determinar a suspensão de sua utilização e/ou sua substituição, caso constatada qualquer desconformidade que comprometa a segurança, a regularidade ou a qualidade do serviço.

5.10. Os veículos destinados ao transporte de estudantes deverão atender às exigências do Código de Trânsito Brasileiro, além das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, pelo Departamento de Trânsito – DETRAN/DF, e aquelas estabelecidas por legislação distrital, cabendo ao contratado adequar-se às mesmas e suas alterações, observando os prazos nelas previstas.

5.11. É admitida a utilização de faixa adesiva em substituição à pintura, desde que atendidas todas as demais especificações, vedada a utilização de faixa imantada, magnética ou a utilização de qualquer outro dispositivo que possa ser retirado, de forma temporária ou definitiva.

5.12. A Contratada poderá substituir os veículos utilizados na execução do contrato, mediante prévia comunicação e autorização da Contratante, desde que os veículos substitutos possuam idade igual ou inferior à dos veículos substituídos, respeitado, em qualquer hipótese, o limite máximo de 10 (dez) anos de fabricação.

5.13. Para fins da substituição prevista no item anterior, os veículos substitutos deverão, previamente à sua entrada em operação, ser submetidos à vistoria da TCB, a fim de verificar o atendimento às exigências contratuais, devendo a Contratada apresentar a documentação de regularidade do veículo.



- 5.14. Em caso de necessidade de acréscimo de frota na prestação dos serviços, a Contratada deverá manifestar-se no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Contratante, devendo apresentar o(s) veículo(s) no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de sua resposta.
- 5.15. Os veículos apresentados para acréscimo de frota deverão possuir, no momento de sua apresentação, idade máxima de até 5 (cinco) anos de fabricação, e somente poderão iniciar a operação após aprovação em vistoria realizada pela TCB.
- 5.16. O acréscimo de frota não se confunde com a substituição de veículos originalmente vinculados ao contrato, a qual observará regras próprias previstas neste instrumento.
- 5.17. Em caso de acréscimo ou decréscimo de veículos na execução do contrato será realizada a revisão dos custos que envolvem o quantitativo de veículos, tais como a Depreciação e a Remuneração da Frota e, consequentemente, do Custo por Quilômetro Total e do Custo por Veículo Total do contrato.
- 5.18. A Contratada deverá apresentar o cálculo dos custos dos insumos de depreciação e remuneração da frota, pertencentes à estrutura da Planilha de Formação de Custos, com consequente ajuste no custo unitário do km sempre que houver alteração na composição da frota e/ou quando ocorrer mudança na idade da frota para análise e validação da Contratante, se for o caso.
- 5.19. A revisão prevista no item anterior será formalizada por mero apostilamento.
- 5.20. A pretensão contratação utiliza-se o Método de Cole (ou Soma dos Dígitos Decrescentes) para determinar os custos de depreciação e de remuneração da frota que, segundo orientação da literatura especializada, apresenta-se como o modelo mais adequado por refletir de forma mais fidedigna a curva de desvalorização dos veículos e por considerar uma depreciação mais realística do ativo, reconhecendo a perda de valor mais acentuada nos primeiros anos de utilização do veículo, o que resulta em maiores parcelas de depreciação nesse período inicial.
- 5.21. Ademais, adota-se vida útil máxima de 10 (dez) anos, com valor residual da frota fixado em 20% do valor do veículo.
- 5.22. Os parâmetros de depreciação e remuneração devem ser aplicados individualmente a cada veículo, de acordo com sua idade efetiva, observando-se os fatores correspondentes definidos na Planilha de Depreciação e Remuneração de Frota.
- 5.23. Para tanto, considera-se, para fins de formação do custo da frota por quilômetro, o valor total apurado a título de depreciação ou de remuneração da frota, o qual deverá ser considerado os veículos operantes e reservas.
- 5.24. Durante a execução do contrato, os veículos que apresentarem qualquer impedimento à sua utilização na prestação do serviço de transporte escolar deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem prejuízo da continuidade e da regularidade do serviço.
- 5.25. A empresa deverá disponibilizar, no mínimo, 20% (vinte por cento) da frota composta por veículos adaptados, bem como promover a ampliação dessa adaptação conforme a demanda da Contratante, de modo a assegurar o atendimento adequado aos alunos com necessidades especiais, observadas, obrigatoriamente, as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- 5.26. Caso não haja incompatibilidade de horários, poderá ocorrer o reaproveitamento dos veículos para execução dos serviços, contudo mediante prévia autorização desta TCB.
- 5.27. O veículo destinado ao transporte escolar deverá estar equipado com o registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), devidamente aferido pelo órgão competente.
- 5.28. Todos os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão ser equipados com dispositivo de rastreamento veicular que possibilite sua localização em tempo real, por meio de portal de acesso via internet, como instrumento de apoio à fiscalização e à gestão contratual.
- 5.29. A Contratante será responsável pelo fornecimento do dispositivo de rastreamento veicular, cabendo à Contratada disponibilizar os veículos em local indicado pela TCB para a realização da instalação, manutenção e desinstalação do equipamento.
- 5.30. A Contratada não fará jus a qualquer remuneração adicional em razão da instalação ou permanência do dispositivo de rastreamento veicular nos veículos durante a execução contratual.
- 5.31. A Contratada será responsável, às suas expensas, pela confecção, instalação, manutenção e substituição da logomarca da TCB em todos os veículos empregados na execução dos serviços de transporte escolar, observando rigorosamente as especificações, dimensões, padrões visuais e demais diretrizes estabelecidas no Manual de Aplicação da Logomarca disponibilizado pela Contratante.
- 5.32. A TCB fará o monitoramento do atendimento de transporte escolar quanto ao cumprimento dos itinerários e horários estabelecidos.
- 5.33. A utilização de veículos para o atendimento a atividades extracurriculares deverá ser previamente autorizada pelo executor do contrato, que providenciará a comunicação de forma tempestiva, podendo ocorrer inclusive em finais de semana e feriados. Nesse caso, a Contratada será remunerada pela quilometragem a ser percorrida pelo veículo no transporte dos estudantes para realizar a referida atividade.
- 5.34. A utilização do veículo para atividades extracurriculares não poderá comprometer o atendimento regular (casa-escola e interestescolar/complementar).
- 5.35. É vedado empregar ou disponibilizar um mesmo veículo, inclusive o destinado à frota reserva, simultaneamente em mais de um contrato com a TCB, salvo mediante autorização expressa da Contratante.
- 5.36. A demanda de transporte advinda da SEEDF será institucionalizada e regulamentada através de regulamentação própria.

## **6. DOS PROFISSIONAIS**

- 6.1. As exigências técnico-pessoais ora estabelecidas no Termo de Referência decorrem da necessidade de garantir a prestação de serviços de qualidade e dentro dos padrões de eficiência que devem pautar os serviços desenvolvidos no órgão, sejam eles executados direta ou indiretamente.
- 6.2. **MOTORISTAS**
- 6.2.1. Os profissionais motoristas deverão enquadrar-se nos requisitos estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/1997, em especial nos artigos 138 e 329, dentre os quais se destacam os a seguir discriminados:
- 6.2.2. Possuir Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D ou E”;
- 6.2.3. Ter idade superior a 21 (vinte e um anos);
- 6.2.4. Não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 últimos meses;
- 6.2.5. Apresentar resultado de exame toxicológico, na contratação e na renovação da Carteira Nacional de Habilitação, art. 148-A da Lei 9.503/1997 - CTB;
- 6.2.6. Não ter antecedentes criminais conforme art. 329 da Lei 9.503/1997 – CTB, possuir curso especializado de condutor de transporte escolar, nos termos da regulamentação do Conselho de Trânsito – CONTRAN, conforme inciso V do art. 138 da Lei 9.503/1997 - CTB, atualmente previsto na Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004;
- 6.2.7. Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo e corrupção de menores, renovável a cada 5 anos - art. 329 da lei 9.503/1997 - CTB;
- 6.2.8. Apresentar-se uniformizado, portando crachá de identificação, trajando calças compridas, camisa com manga e calçado fechado, sendo necessário conter o logotipo da empresa no vestuário;

6.2.9. Portar, durante a condução do veículo, a Carteira Nacional de Habilitação - CNH com os registros dos cursos obrigatórios de Condutores de Transporte Escolar, conforme determinação nº 285/2008 do CONTRAN, conferida pelo órgão fiscalizador de trânsito competente; e

6.2.10. Cumprir as demais exigências previstas em regulamentos próprios para o transporte de escolar (art. 139 da Lei 9.503/1997 - CTB), bem como de quaisquer exigências que venham a ser estabelecidas na legislação durante a vigência do contrato.

### **6.3. MONITORES**

6.3.1. A Contratada deverá disponibilizar 1 profissional "monitor" durante todo o percurso do transporte escolar, o qual deverá atender os seguintes requisitos:

6.3.2. Ter idade superior a 18 (dezoito anos);

6.3.3. Ter ou estar cursando o Ensino Médio;

6.3.4. Ter cursos de primeiros socorros, carga horária mínima de 12 horas;

6.3.5. Ter curso de monitor de transporte escolar;

6.3.6. Apresentar-se uniformizado, portando crachá de identificação, trajando calças compridas, camisa, e calçado fechado, sendo necessário conter o logotipo da empresa no vestuário;

6.3.7. Permanecer devidamente identificado, durante a execução dos serviços;

6.3.8. Ter sempre em mãos agenda, caderno ou qualquer bloco de anotações para qualquer tipo de situações adversas ocorridas durante a prestação dos serviços;

6.3.9. Aparência pessoal adequada, demonstrar educação, demonstrar capacidade de auto avaliação; e

6.3.10. Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativa aos crimes de homicídio, roubo e corrupção de menores, renovável a cada 5 anos.

## **7. DA COTA RESERVADA**

7.1. O art. 26 da Lei 4.611 de 09 de agosto de 2011 prevê que "será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto".

7.2. Cumpre esclarecer que as licitações promovidas pela TCB são fracionadas por Coordenações Regionais de Ensino.

7.3. Ademais, considerando a metodologia de formação de custos adotada na presente contratação, na qual a quilometragem percorrida anualmente e o número de veículos em operação no período impactam diretamente na composição do custo unitário do quilômetro, verifica-se que um fracionamento adicional do objeto comprometeria a economia de escala e resultaria no aumento dos preços das contratações, em prejuízo ao interesse público.

7.4. Outrossim, a ampliação do número de contratos a serem geridos implicaria maior complexidade administrativa, aumento de custos operacionais e maior ônus de fiscalização e acompanhamento da execução contratual, em descompasso com os princípios da eficiência e da economicidade.

7.5. Nesse contexto, e em observância aos princípios da eficiência e da economicidade na prestação dos serviços públicos, conclui-se pela inaplicabilidade da divisibilidade do objeto no presente certame, porquanto o fracionamento adicional acarretaria prejuízo ao conjunto do objeto e ao interesse público, nos termos do art. 26 da Lei nº 4.611/2011.

## **8. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. Os serviços deverão ser executados nas regiões vinculadas às demandas advindas dos estudantes das Coordenações Regionais de Ensino do Itapoã, conforme itinerários preestabelecidos e descritos no Anexo I.

## **9. DOS ITINERÁRIOS E QUILOMETRAGEM ESTIMADA**

9.1. Para efeito desta contratação ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

9.1.1. Itinerário: registro do trajeto a ser percorrido para o deslocamento do aluno desde o seu embarque até a Unidade Escolar de destino ou da unidade escolar até o local da atividade complementar, e, nos casos de atendimento de atividade extracurricular, da unidade escolar até o local que ocorrerá a atividade extracurricular, de acordo com as necessidades estabelecidas pela SEEDF;

9.1.2. Trajeto: é o espaço efetivamente percorrido.

9.2. Classificam-se como preestabelecidos os itinerários e a quilometragem nos atendimentos regulares.

9.3. É facultado a Contratante proceder às alterações nos trajetos e/ou itinerários, conforme sua conveniência advinda da demanda dos estudantes que utilizam o transporte escolar, comunicando as alterações previamente à Contratada, que procederá à verificação de exequibilidade, conforme projeto de execução;

9.4. A descrição dos itinerários nas ordens de serviço servem como parâmetro para realização do serviço, como a indicação do ponto inicial e ponto final da viagem, além do estabelecimento da quilometragem máxima para quantificação do serviço;

9.5. A extensão de um itinerário corresponde à extensão das viagens de ida e volta para atendimento aos estudantes;

9.6. Serão realizadas alterações nos trajetos e itinerários, com acréscimo ou supressão de percurso (km), nos casos em que:

9.6.1. Houver criação de itinerários para atender inclusão, exclusão, remanejamento ou transferência de usuários;

9.6.2. Houver acréscimo de quilometragem em um itinerário já existente para atender inclusão, remanejamento ou transferência de usuários;

9.6.3. Houver supressão de itinerário para atender desistência, remanejamento ou transferência de usuários;

9.6.4. Houver supressão de quilometragem em uma linha já existente para atender desistência, remanejamento ou transferência de usuários;

9.6.5. A fim de informação quanto aos itinerários segue o Anexo I: Planilha de itinerários.

9.7. As alterações na quilometragem regular diária que resultarem em impacto superior a 20% (vinte por cento) na estimativa mensal de execução do contrato serão passíveis de revisão contratual.

9.8. Nesses casos, a Contratada deverá solicitar formalmente a revisão à Contratante, apresentando nova Planilha de Formação de Custos, devidamente readequada, com a atualização do custo unitário do quilômetro, para análise e validação da Contratante.

9.9. A revisão descrita no item anterior será formalizada por mero apostilamento.

## **10. DAS INFORMAÇÕES E PREMISSAS PARA ESTIMATIVA DOS CUSTOS**

10.1. Para fins desta contratação, consideram-se os seguintes custos:

10.2. Custos Fixos: aqueles que não sofrem variação em função da quilometragem percorrida, correspondendo a dispêndios que ocorrem independentemente da efetiva operação dos veículos. Enquadram-se nessa categoria os gastos necessários à manutenção da estrutura administrativa,

operacional e de pessoal, compreendendo, dentre outros: Pessoal de Operação (Motorista e Monitor), Pessoal de Manutenção, Pessoal de Administração, Uniforme, Auxílio Alimentação/Refeição, Cesta Básica, Assistência Patronal, Plano de Saúde-Odontológico, Seguro, Auxílio Transporte, Despesas Gerais Administrativas, Taxas de Veículos, Remuneração de Instalações, e Outros Ativos e Garagem.

10.3. Custos Variáveis: aqueles que mantêm relação direta com a quilometragem percorrida, ou seja, sua incidência só ocorre quando o veículo está em operação. Integram essa categoria os custos com: Combustível, Lubrificantes, Rodagem (pneus e recapagem) e Peças de Reposição.

10.4. A segregação entre custos fixos e variáveis tem por objetivo representar de forma mais fidedigna a realidade da execução do contrato de transporte escolar, permitindo identificar os custos necessários à manutenção da infraestrutura administrativa, operacional e de pessoal durante os períodos de suspensão de aulas, férias e/ou recesso escolar, quando há redução ou inexistência de demanda por parte das unidades escolares.

10.5. No âmbito desta contratação, os custos estão diretamente relacionados ao número de veículos empregados, à quantidade de profissionais envolvidos na operação e à infraestrutura indispensável à execução do contrato, tais como garagem, instalações administrativas, manutenção e equipamentos.

10.6. Para a composição do valor do km adota-se como base o PERCURSO MÉDIO ANUAL - PMA, definido como a média da quilometragem percorrida no ano por veículo em operação, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$PMA = (QM \times 11) / FO$$

Onde:

PMA = percurso médio anual

QM = quilometragem mensal estimada

FO = frota operante

10.7. A utilização do PMA como base para os cálculos dos valores das quilometragens do presente certame, em regime de eficiência, visa inibir a prática de apresentação de preços arbitrados de forma indiscriminada pelas proponentes.

10.8. A quilometragem mensal estimada, para fins da presente contratação, se trata da quilometragem diária estimada para o atendimento regular multiplicada por 20 dias letivos, calculado com base nos 200 dias letivos do calendário escolar, divididos pelos 11 meses de operação (em janeiro não há aulas), acrescido de 10% para fins de atendimento de transporte escolar para atividades diferenciadas (reposições de aulas e atividades extracurriculares).

10.9. Cabe ressaltar que a mensuração dos quantitativos para composição da planilha de custo utilizou dos seguintes dados:

10.9.1. A quilometragem mensal estimada com base no atendimento regular, conforme informado na planilha de itinerários constante do Anexo I, a qual considerou a quilometragem diária estabelecida, já ponderada pelo quantitativo de veículos previstos para a operação.

10.9.2. Quantidade mínima de ônibus necessários para a operação.

10.10. Entende-se como atendimento regular os itinerários residência/unidade escolar/residência e os atendimentos curriculares (interescolares/complementares).

10.11. O quantitativo de veículos (ônibus) necessário à execução do serviço não guarda relação direta e exclusiva com a capacidade de lotação dos veículos, tendo em vista outras variáveis relevantes, tais como: quantidade de itinerários, número de estudantes por trajeto e quantidade de baias por veículo. Ademais, o cálculo considera o reaproveitamento de veículos em turnos opostos e horários diferenciados, notadamente no atendimento aos Centros de Ensino Especial e às atividades de educação integral.

10.12. Os preços estimados dos insumos necessários para execução do objeto do Termo de Referência em questão foram levantados mediante pesquisa de preço realizada pela TCB, por meio do processo 00095-00000411/2020-91.

10.13. A estimativa dos custos da contratação foi realizada com base nos valores dos preços estimados nos moldes descritos no item 10.9 e 10.12, na estimativa de quilometragem e de quantitativo de veículos necessários à prestação dos serviços.

10.14. O custo unitário estimado corresponde à soma das parcelas de Custos Fixos e de Custos Variáveis apurados por meio da Planilha de Formação de Custo do Contrato.

10.15. O Anexo I deste instrumento trazem os itinerários preestabelecidos para os turnos matutino/vespertino/noturno, com as estimativas de estudantes atendidos por itinerário.

10.16. Os valores correspondente aos custos fixos serão pagos mensalmente durante todo o prazo contratual, inclusive nos períodos de férias escolares, sendo emitida uma fatura correspondente a cada um dos 12 (doze) meses do ano.

10.17. Os valores correspondente aos custos variáveis serão pagos exclusivamente nos meses de efetiva operação dos serviços.

10.18. Para fins de estimativa dos custos relativos aos serviços objeto da presente contratação, considera-se a soma dos valores apurados por meio da **Planilha de Remuneração Mensal**, conforme demonstrado na planilha **Estimativa de Custo da Contratação**, a qual contempla, dentre outros, os seguintes elementos: quantidade de estudantes atendidos, quilometragem produtiva e improdutiva, frota mínima operante e frota reserva, custo por quilômetro, custo por veículo, PMA, valores mensais com e sem operação e valor global do contrato para o período de 30 (trinta) meses.

Estimativa de Custo da Contratação										
Quantidade de Estudantes	Quantidade de Quilometragem (Produtiva + Improdutiva (5% da km Produtiva))			Veículos (mínimo)		Custo por KM (R\$/Km)	PMA (Km)	Valor Mensal (R\$)	Valor Mensal em período sem operação (R\$)	Valor Global do Contrato (30 Meses) (R\$)
	Diária (Km)	Mensal (Km)	Anual (Km)	Operante (Veic.)	Reserva (Veic.)					
3.223	3.313,30	66.265,92	728.925,10	52	3	Valor Sigiloso	14.017,79	Valor Sigiloso	Valor Sigiloso	Valor Sigiloso

10.19. A quilometragem consignada na planilha de **Estimativa de Custo da Contratação** abrange a quilometragem produtiva e a quilometragem improdutiva.

10.20. A quilometragem anual apresentada foi apurada mediante a multiplicação da quilometragem mensal estimada por 11 (onze) meses, correspondentes aos períodos de efetiva operação dos serviços.

10.21. O **valor mensal** foi calculado com base na multiplicação da quilometragem mensal estimada pelo custo unitário do quilômetro rodado estimado para a contratação.

10.22. O **valor mensal em período sem operação** foi calculado com base no custo fixo constantes na **Planilha de Formação de Custo** da estimativa da contratação incluindo-se a respectiva carga tributária.

10.23. O **valor global do contrato** foi obtido pela soma do valor mensal referente aos períodos com operação multiplicado por 28 (vinte e oito) meses acrescido do valor mensal referente aos períodos sem operação multiplicado por 2 (dois) meses.

## **11. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

11.1. O critério de julgamento das propostas, a ser previsto no Edital, será o de **MENOR VALOR GLOBAL**, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

11.2. As propostas deverão conter, obrigatoriamente:

11.2.1. O **valor global da contratação e o valor do km rodado**, considerando o quantitativo de veículos a serem utilizados e os itinerários a serem percorridos, expresso com, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, computados todos os custos inerentes à prestação de serviços, tais como insumos, mão de obra, encargos, tributos, taxas, seguros e demais despesas diretas e indiretas;

11.2.2. A **Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho** em plena validade;

11.2.3. **Declaração** informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para a adoção do instrumento coletivo de trabalho que fundamenta a proposta apresentada;

11.2.4. A **Planilha de Formação de Custo**, devidamente preenchida, demonstrando a composição detalhada de todos os custos envolvidos na execução do objeto, a qual será utilizada como parâmetro para julgamento da proposta, sob pena de desclassificação, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.3. A proposta que apresentar, em qualquer de seus itens, valores manifestamente irrisórios ou incompatíveis com os preços estimados pela Administração, acrescidos dos respectivos encargos, será rejeitada, exceto quando tais valores se referirem a materiais, equipamentos ou instalações de propriedade da licitante, para os quais esta renuncie parcial ou totalmente à remuneração, desde que seja comprovada, de forma objetiva, a exequibilidade da proposta, mediante apresentação de documentação comprobatória e dos respectivos cálculos.

11.4. Em conformidade com o Acórdão 898/2019 do TCU, e em observância aos princípios do formalismo moderado e à supremacia do interesse público, a existência de vícios formais ou erros sanáveis na proposta não ensejará, por si só, a desclassificação do licitante, desde que seja possível a sua correção sem alteração do valor global ofertado.

11.5. Nesse sentido, a Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, recepcionada no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 38.934, de 15 de março de 2018, dispõe em seu item 7.9 que:

"7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, **quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;** (grifo nosso)"

11.6. A proposta de preços deverá ser elaborada de acordo com a planilha de formação de custo, observando-se as seguintes disposições:

11.6.1. apresentação de valores para todos os itens constantes na planilha de formação de custo deste Termo de Referência, em moeda corrente nacional (Real - R\$), com duas casas decimais;

11.6.2. indicação valor do custo por quilômetro rodado em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional (Real - R\$), com duas casas decimais;

11.6.3. indicação do valor do custo por veículo em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional (Real - R\$), com duas casas decimais;

11.6.4. apresentação do valor global da composição total dos custos salariais oriundos de obrigações trabalhistas, abarcando todos os elementos contidos em acordos, convenções coletivas ou dissídio coletivo da categoria, devendo ser informados os valores totais e globais que compõem os salários e benefícios das respectivas categorias profissionais, refletindo, dessa forma, os custos reais decorrentes da prestação dos serviços;

11.6.5. previsão de todos os insumos necessários à execução contratual, incluindo materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, em quantidades e padrões de qualidade compatíveis com a perfeita execução do objeto;

11.6.6. observância da legislação vigente na composição dos custos relativos ao vale-transporte;

11.7. No ato da apresentação das propostas, o licitante deverá encaminhar documentação comprobatória dos valores unitários dos insumos utilizados na composição dos preços, tais como notas fiscais, cupons fiscais ou outros documentos hábeis que comprovem a veracidade dos valores praticados.

11.8. A documentação deverá estar em nome do licitante, emitida por seus fornecedores habituais, devidamente datada e expedida em período não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data da entrega das propostas, podendo ser exigida atualização, a critério da Administração.

11.9. As especificações e formatos de apresentação dessa documentação, bem como as demais condições e critérios de aceitação, serão definidos no Edital e em seus Anexos.

11.10. Ademais, ressalta-se a obrigatoriedade do fornecimento de plano de saúde e plano odontológico aos empregados vinculados à prestação dos serviços no âmbito desta TCB.

11.11. Em conformidade com o Acórdão nº 1207/2024 – TCU, estabelece-se como limite mínimo para os componentes da remuneração os valores de salários e benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho do SINDICATO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DE BRASILIA DF e SIND DOS TRABALHADORES NAS EMP DE TRANSP RODOV DE PASSAGEIROS INTERESTADUAL, INTERNACIONAL, TRANSP TURISMO, TRANSP ESCOLAR E FRETAMENTO DO DF, registro nº DF000088/2026, anexa a este Termo de Referência.

11.12. Ainda, retrata-se a obrigatoriedade de fornecimento de plano de saúde-odontológico aos prestadores de serviço vinculados ao contrato.

11.13. O percentual de encargos sociais fixado para fins deste certame é de 70,64% (setenta inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento), em conformidade com o limite estabelecido na Decisão nº 544/2010 – TCDF, que dispõe sobre o percentual máximo de encargos sociais a ser considerado nas contratações no âmbito do Distrito Federal.

## **12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO**

12.1. As Licitantes deverão comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e relação do pessoal técnico adequado, além da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

12.2. As Licitantes deverão comprovar qualificação técnica operacional mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos pelos Contratantes titulares de pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante prestou os referidos serviços, de forma contínua, pelo período de no mínimo 12 meses e com utilização de quantitativo de veículos compatível com o porte e a

**complexidade do objeto, correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da frota mínima (operante) prevista nesta contratação.**

12.3. Por atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação entende-se a prestação de serviço de transporte escolar com veículos do tipo ônibus, motorista e monitor do transporte escolar.

12.4. Os atestados de capacidade técnica deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos: identificação do emitente, descrição clara dos serviços prestados, período de execução, quantitativo de veículos empregados, endereço e telefone de contato do emitente.

12.5. A TCB reserva-se o direito de promover diligências com o objetivo de verificar a veracidade das informações constantes dos atestados apresentados, podendo, inclusive, solicitar documentação complementar, tais como notas fiscais, contratos, ordens de serviço ou outros documentos que comprovem a efetiva prestação dos serviços.

12.6. A licitante deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, **Declaração da Licitante**, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, atestando que dispõe de pessoal técnico qualificado, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a execução do objeto da licitação, bem como informando a qualificação de cada membro da equipe técnica responsável pelos trabalhos.

12.7. Em conformidade com os Decretos Distritais nº 39.736, de 28 de março de 2019, e nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, a empresa deverá comprovar a adoção de práticas de integridade e compliance, mediante apresentação de Termo de Compromisso de Conduta Ética e de Combate à Corrupção, bem como de Manual de Procedimentos de Boas Práticas, devidamente instituídos e vigentes.

12.8. É facultado às empresas interessadas realizar o reconhecimento prévio dos percursos a serem executados antes da apresentação das propostas, com a finalidade de tomar conhecimento da situação dos locais, da extensão dos serviços, das dificuldades operacionais, das distâncias entre as unidades a serem atendidas e de todas as condições necessárias à perfeita execução dos serviços. Tal faculdade encontra respaldo no entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, conforme Acórdão nº 1.599/2010 – TCU e Decisões nº 1.443/2011, 3.119/2011 e 4.117/2011 – TCDF.

12.9. A proponente interessada em realizar o reconhecimento deverá proceder ao agendamento prévio, por meio do endereço eletrônico: [licitacao@tcb.df.gov.br](mailto:licitacao@tcb.df.gov.br), com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data prevista para a realização do certame licitatório.

### **13. DA VERIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL**

13.1. Concluída a fase de habilitação e declarado o vencedor, a empresa será submetida a uma Diligência Técnica, a ser realizada por equipe designada pela TCB, como condição indispensável para a assinatura do contrato.

13.2. A diligência ocorrerá nas instalações da licitante para a emissão de Laudo Técnico que ateste a veracidade da Declaração da Licitante (item 12.6), verificando-se o aparelhamento, pessoal, infraestrutura operacional e conformidade da frota, conforme os critérios do Formulário de Avaliação Técnico-Operacional e do Formulário de Vistoria Veicular.

13.3. A licitante que atingir pendências pontuais, deverá, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, improrrogáveis, promover as adequações necessárias para alcançar os requisitos do Termo de Referência e descritos no Formulário de Avaliação Técnico-Operacional e do Formulário de Vistoria Veicular.

13.4. Essa exigência fundamenta-se na necessidade de mitigar riscos operacionais e garantir a execução plena do contrato, cujas atividades deverão ser iniciadas imediatamente após a sua assinatura, sem prejuízo à continuidade do serviço.

13.5. A empresa vencedora deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, relação nominal dos veículos que serão utilizados na prestação dos serviços, acompanhada das respectivas cópias dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, emitidos em nome da Contratada.

13.6. O não atendimento aos itens 13.2 e 13.5 implicará a **decadência do direito à contratação**, facultando-se à TCB convocar os licitantes remanescentes, conforme a ordem de classificação, ou revogar o certame por interesse público.

### **14. DO PRAZO**

14.1. O contrato terá vigência de **30 (trinta) meses, a contar da assinatura do contrato**, prorrogáveis por igual período, conforme disposto no art. 71, da Lei 13.303/2016, desde que comprovada a vantajosidade econômica, o interesse público, e a adequada execução contratual, mediante justificativa formal da autoridade competente.

14.2. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser iniciada, impreterivelmente, em até 5 dias úteis após a assinatura do Contrato.

### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

15.1. Além daquelas resultantes da observância da Lei n.º 13.303/2016, são obrigações da Contratante:

15.2. Proporcionar as condições necessárias e suficientes para que a empresa Contratada possa desempenhar o fornecimento dos serviços prestados, dentro das normas contratuais;

15.3. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos neste Termo de Referência;

15.4. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

15.5. Receber o serviço entregue pela Contratada que esteja em conformidade com este Termo de Referência;

15.6. Emitir Notas de Empenho para a materialização da despesa durante a vigência do Contrato;

15.7. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Seção responsável e dos fiscais;

15.8. Definir o modelo do formulário a ser utilizado pela Contratada para informar a frequência dos estudantes transportados com informações previstas em legislações específicas;

15.9. Promover vistorias nos veículos previamente à sua inclusão na execução do contrato, periodicamente no início de cada semestre letivo e a qualquer tempo, com a finalidade de verificar o atendimento às exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

15.10. Notificar a Contratada de qualquer alteração (ampliação ou redução), criação ou extinção de itinerário, em razão da atualização da demanda dos estudantes e/ou gestão operacional;

15.11. Notificar a Contratada da necessidade de acréscimo, de diminuição ou da mudança do tipo de veículo, em decorrência de eventual ou definitiva alteração de itinerários, quantitativo de estudantes ou inclusão de estudantes que necessitam de veículos adaptados;

15.12. Informar, tempestivamente, a necessidade de transporte de estudantes, em horários diferenciados dos previstos no atendimento regular, bem como dos dias e horários do atendimento das reposições de aulas;

15.13. Informar, tempestivamente, a necessidade de transporte de estudantes, para participação em atividades extracurriculares;

15.14. Solicitar, autorizar e alterar quaisquer elementos da execução dos serviços, por meio da emissão de ordens de serviço;

15.15. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar as condições de fornecimento do serviço e o atendimento das exigências contratuais;

15.16. Providenciar, na efetivação do contrato, o encaminhamento da documentação dos veículos ao órgão competente do Distrito Federal, para

realização de vistoria necessária à autorização de tráfego de porte obrigatório;

- 15.17. Notificar a Contratada, acerca do descumprimento de qualquer exigência contratual registrada pelas Instituições Educacionais atendidas pelo serviço de transportes;
- 15.18. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazos para a sua correção;
- 15.19. Atestar as Notas Fiscais/Fatura após a efetiva entrega do objeto deste Termo de Referência, pelo executor responsável do contrato, comprovando a entrega do serviço, se constatada a conformidade com as especificações e padrões de qualidade exigidos;
- 15.20. Notificar a Contratada, por escrito, acerca de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato, da aplicação de eventuais multas, da suspensão do fornecimento, da distribuição e da sustação do pagamento de quaisquer faturas;
- 15.21. Acompanhar a necessidade de revisão dos contratos as quais a Contratada, e notificá-la quando a necessário;
- 15.22. Efetuar o pagamento dos serviços nas condições e preços pactuados no contrato e de acordo com as normas orçamentárias do Distrito Federal;
- 15.23. A Contratante, às suas expensas, poderá, a qualquer tempo e conveniência, valer-se da utilização de equipamentos de controle de frequência e/ou instalação de equipamentos de monitoramento por meio de câmeras de vídeo ou de outros meios ou de Soluções da Internet das Coisas - IoT;
- 15.24. Verificar a exatidão das informações apresentadas ao Pregoeiro(a), antes e/ou após a adjudicação/execução do contrato;
- 15.25. Fornecer a qualquer tempo mediante solicitação escrita da Contratada, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir as dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos do Contrato;
- 15.26. Notificar previamente à Contratada, quanto ao dever de corrigir o serviço executado de forma inadequada e/ou da aplicação de penalidades;
- 15.27. Disponibilizar lista atualizada de frequência dos estudantes à Contratada, para que está faça o controle dos estudantes, bem como o registro diário das viagens;
- 15.28. Exigir periodicamente da Contratada a apresentação da documentação comprovando a regularidade dos condutores (habilitação, categoria de CNH, validade da CNH, pontuação, suspensão do direito de dirigir e antecedentes criminais) e monitores;
- 15.29. Exigir periodicamente das contratada a apresentação da documentação comprovando a regularidade dos veículos.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 16.1. Responder aos questionamentos da Contratante no prazo máximo de 2 (dois) dias, após o chamado técnico;
- 16.2. Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela Contratante sobre os serviços executados, indicando representante para manter contato com a Contratante para o esclarecimento de dúvidas;
- 16.3. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências das unidades escolares da SEEDF;
- 16.4. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos notificados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função do fornecimento;
- 16.5. Executar os serviços conforme especificado no presente Termo de Referência, no instrumento convocatório e no contrato, em consonância com os quantitativos estabelecidos a critério da TCB;
- 16.6. Garantir a prestação do serviço de transporte escolar nos dias, horários, itinerários e condições operacionais definidos pela TCB, abrangendo, além do atendimento regular, atividades extracurriculares, reposições de aulas, eventos pedagógicos e demais ações educacionais que demandem o transporte de estudantes;
- 16.7. Atender, quando solicitado pela TCB, demandas de transporte escolar em horários distintos da operação regular, inclusive aos finais de semana, feriados e períodos específicos previamente estabelecidos, mediante emissão de Ordem de Serviço, observadas as condições operacionais da contratação e respeitado o quantitativo de veículos disponibilizados nos termos deste instrumento;
- 16.8. Executar as demandas extraordinárias de transporte com os recursos operacionais já contemplados na contratação, não implicando a disponibilização de frota adicional àquela prevista contratualmente, salvo quando expressamente autorizado pela TCB;
- 16.9. Apresentar à Contratante, no prazo máximo de 7 (sete) dias contados da assinatura do contrato, relação nominal dos empregados vinculados à execução dos serviços, contendo nome completo, função e telefone para contato, acompanhada dos respectivos comprovantes de vínculo empregatício, cópias das Carteiras Nacionais de Habilitação dos motoristas, resultados dos exames toxicológicos válidos e demais documentos exigidos neste Termo de Referência;
- 16.10. Manter permanentemente atualizada a documentação prevista no inciso anterior, encaminhando à Contratante, sempre que houver substituição, inclusão ou desligamento de profissionais vinculados à execução contratual, os documentos pertinentes no prazo máximo de 7 (sete) dias contados da ocorrência;
- 16.11. Apresentar, quando solicitado pela Contratante, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível dos prestadores de serviços;
- 16.12. **Garantir, durante toda a vigência do contrato, que não manterá vínculo empregatício ou contratual com cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade Contratante, bem como de agente público que atue no processo licitatório, na fiscalização ou na gestão do contrato;**
- 16.13. Manter os veículos em bom estado de conservação e limpeza, adequados ao transporte escolar e em consonância com as normas de segurança estabelecidas em legislação própria, bem como zelar pela higiene do veículo durante o período de transporte dos estudantes e conforme estabelecido no presente Termo de Referência;
- 16.14. Garantir que os veículos estejam com o sistema de ar-condicionado em pleno funcionamento, devidamente revisado e apto a operar durante toda a execução dos serviços;
- 16.15. Apresentar à Contratante, semestralmente, comprovação da vistoria obrigatória feita pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF;
- 16.16. Controlar a assiduidade e a pontualidade de seus motoristas e monitores, bem como a correta observância das atribuições e cláusulas ajustadas para prestação dos serviços;
- 16.17. Transportar os estudantes exclusivamente sentados e em assento de passageiro, usando, obrigatoriamente, o cinto de segurança, não sendo permitida a permanência de estudantes em pé;
- 16.18. Garantir que os veículos trafeguem em conformidade com a legislação específica;
- 16.19. Garantir que todos os veículos empregados na execução dos serviços estejam equipados com dispositivo eletrônico funcional, tais como telefone celular ou tablet, dotado de acesso à internet e sistema de geolocalização (GPS), compatível com os sistemas, plataformas e aplicativos utilizados pela TCB, de forma a possibilitar o acesso, o acompanhamento dos itinerários a serem executados e o registro da frequência dos estudantes transportados.

- 16.20. Prestar os serviços de transporte com assiduidade e pontualidade devendo, sempre obedecer aos horários para entrada e saída dos estudantes beneficiários dos serviços em tela;
- 16.21. Garantir que os veículos estejam à disposição dos estudantes com prazo mínimo de 10 minutos antes do horário de embarque na unidade escolar, de acordo com o ponto de saída/embarque estabelecidos nos moldes da Planilha de Itinerários (ou a outro que vier a substituir). Este mesmo prazo deverá ser obedecido após o encerramento de cada turno, e poderá ser alterado pela Contratante, caso necessário, para otimização da logística operacional;
- 16.22. Chegar à unidade escolar para o desembarque dos estudantes com antecedência mínima de 10 minutos e máxima de 30 minutos do início das aulas e/ou atividades extracurriculares, por turno, de acordo com os horários estabelecidos pelas Instituições de Ensino e/ou eventos pedagógicos para as quais o serviço será prestado;
- 16.23. Substituir imediatamente motoristas e monitores, em casos de afastamento legais, inclusive por inadequação ao serviço, por outros igualmente qualificados, mantendo a continuidade do serviço sem interrupções;
- 16.24. Responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros e/ou ao patrimônio público, reparando-os, e arcando com suas custas, durante a execução dos serviços contratados;
- 16.25. **Apresentar comprovante de seguro que contemple indenização por danos pessoais (terceiros), obedecendo ao limite mínimo no valor de R\$ 300.000,00. Devendo o veículo ser segurado para salvaguardar coberturas civis, a exemplo:**
- 16.25.1. **por danos corporais e/ou materiais causados a passageiros;**
- 16.25.2. **responsabilidade para danos corporais causados a terceiros;**
- 16.25.3. **responsabilidade para danos materiais causados a terceiros;**
- 16.25.4. **bagagens por passageiros;**
- 16.25.5. **recomposição de registros e documentos de passageiros;**
- 16.25.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, a documentação pertinente aos serviços, em perfeitas condições legais, as quais poderão ser requisitadas a qualquer tempo, para fins de verificação de regularidade pela Contratante;
- 16.25.7. Responsabilizar-se pela multa por infrações de trânsito as quais deverão sempre ser acompanhadas pela devida indicação do condutor infrator e ser quitadas no prazo devido;
- 16.25.8. A Contratada deverá realizar os serviços em conformidade com a legislação e normas em vigor, bem como aquelas que venham a ser editadas no transcorrer da vigência do Contrato;
- 16.26. Transportar os pais de estudantes que residam em área rural para participar de reunião de pais e dos eventos escolares estabelecidos em calendário escolar anual convocados pela direção da escola, em atendimento à Lei Distrital nº 6.634 de 16 de julho de 2020;
- 16.27. Atender as demandas autorizadas pela TCB mediante prévia emissão de ordem de serviço, para trajetos diferenciados com vistas ao atendimento de atividades extracurriculares inseridas no Projeto Político Pedagógico das Instituições Educacionais;
- 16.28. Zelar pela segurança dos estudantes no ato do embarque e desembarque, bem como durante todos os trajetos;
- 16.29. Registrar a frequência diária dos estudantes, no momento do embarque, mediante listagem recebida da SEEDF/TCB, que deverá ser encaminhada ao Executor do Contrato e a SEEDF;
- 16.30. Responsabilizar-se por conferir as informações descritas nas frequências dos estudantes, tais como o quantitativo de estudantes que estão sendo transportados, se constam todos os nomes dos estudantes, se constam os dados dos veículos utilizados, os dados dos profissionais e a quilometragem do itinerário;
- 16.31. Disponibilizar ao executor do Contrato, as frequências dos estudantes por Itinerário e Unidade Escolar, atestado pela Direção da Instituição de Ensino e atestada pela Coordenação Regional de Ensino e/ou Unidade Regional de Infraestrutura e Apoio Educacional das respectivas regiões a que se referem;
- 16.32. Disponibilizar ao executor do Contrato a Nota Fiscal para pagamento da prestação de serviços;
- 16.33. Acatar as orientações do Executor do Contrato ou do seu substituto legal, ou do responsável pelo recebimento dos serviços, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e supervisão, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 16.34. Zelar pela observância das normas relativas à proibição do uso e comercialização de bebidas alcoólicas, charutos, cigarros e similares durante o transporte, bem como de qualquer produto considerado ilegal pelas autoridades competentes;
- 16.35. Zelar pela observância das normas relativas à proibição da utilização ou posse de objetos perfuro-cortantes e de artefatos que atentem contra a saúde física ou mental dos discentes, bem como o uso ou comercialização de quaisquer mercadorias;
- 16.36. Verificar a identificação dos estudantes cadastrados por meio de carteira estudantil, declaração de escolaridade ou outro documento oficial, devendo comunicar a direção da escola qualquer suspeita de irregularidade;
- 16.37. Zelar pela higiene do veículo durante a execução dos trajetos;
- 16.38. Não permitir aos motoristas, monitores e estudantes ou qualquer outra pessoa autorizada que estiver fazendo uso deste serviço, a utilizar ou transportar objetos perfurantes, cortantes ou quaisquer artefatos que atentem contra a saúde e a integridade física de qualquer usuário, bem como a comercialização de qualquer mercadoria durante o trajeto;
- 16.39. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais, tributárias e às demais previstas na legislação específica, sendo que a não observância, descumprimento ou inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 16.40. Arcar, única e exclusivamente, com os custos de fornecimento de uniformes e crachás aos motoristas e monitores, sendo vedado o repasse aos seus colaboradores, quaisquer custos relacionados ao suprimento destes;
- 16.41. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitado pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, Fundo de Garantia do Tempo Serviço – FGTS e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados à disposição da Contratante;
- 16.42. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.43. A Contratada responsabilizar-se-á por prejuízos de qualquer natureza, inclusive os causados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do Contrato, inclusive por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes;
- 16.43.1. Garantir que em caso de acidentes de trânsito os condutores aguardem a perícia policial para análise do acidente e só depois desfaçam a posição dos veículos;
- 16.43.2. Responsabilizar-se pela requisição e custo da emissão do respectivo “Laudo de Interpretação de Acidente de Trânsito” emitido pela PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal;
- 16.43.3. Transportar os monitores da unidade de ensino ou responsáveis pelos estudantes especiais, desde que autorizados pela TCB, exclusivamente



sentados e em assento de passageiro, usando, obrigatoriamente, o cinto de segurança, não sendo permitida a permanência dos monitores da unidade de ensino ou responsáveis em pé;

16.44. Transportar, desde que autorizados pela TCB, os pais ou responsáveis dos estudantes com necessidades especiais;

16.45. Transportar, em casos específicos, a serem definidos pela Contratante, um professor e/ou educador social voluntário para acompanhamento dos estudantes por ônibus escolar, juntamente ao monitor da empresa Contratada, desde que autorizado pela TCB, não sendo permitida a permanência do professor e/ou educador social voluntário em pé;

16.46. Em caso de atualização de legislação que altere os beneficiários do transporte escolar, a empresa só deverá transportar após autorização formal da TCB;

16.47. A Contratada deverá obedecer às normas e procedimentos de prevenção à disseminação de doenças infectocontagiosas que vierem a ser estabelecidos pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal e outros órgãos sanitários competentes;

16.48. Declarar que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos, nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013, para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (conforme inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal), sob pena de extinção do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis;

16.49. A Contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 26 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, e que proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher;

16.50. A Contratada deverá obedecer ao que está regulamentado pela Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 45.771/2024, sendo necessário atender suas determinações para que esta TCB e seus agentes não venham a incorrer em sanções pelo descumprimento da referida Lei;

16.51. Assumir a responsabilidade:

16.51.1. por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a quitá-los na época própria, já que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

16.51.2. por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que aconteçam em dependência da SEEDF e TCB;

16.51.3. por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a execução do contrato originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

16.51.4. pelos encargos fiscais e comerciais e por todas as demais despesas resultantes do fornecimento do objeto do Contrato, inclusive com viagens e hospedagens porventura necessárias à execução do mesmo;

16.51.5. por todas as providências e despesas tocantes a documentação necessária ao fornecimento do objeto do Contrato, como a taxa do Inmetro e a Autorização de Tráfego.

16.52. A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à TCB, nem poderá onerar os materiais objeto deste Termo, razão pela qual a empresa renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a TCB;

16.53. Comunicar à TCB, com antecedência mínima de 15 dias que antecede a data da entrega do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, podendo solicitar a prorrogação do prazo, em que deverá apresentar justificativa circunstanciada com a nova data para a entrega do material, ficando a critério da Administração a aprovação ou não;

16.54. Comunicar à TCB, imediatamente, qualquer ocorrência de envolvimento de estudantes, visando imediata ciência à SEEDF e demais órgãos que se fizerem necessários;

16.55. Garantir que, tanto o motorista quanto o monitor, apresentem -se uniformizados e identificados, com uso visível de crachá, durante a execução do serviço;

16.56. Verificar periodicamente a regularidade dos condutores que prestam serviço de transporte escolar à TCB quanto: à habilitação, à categoria de CNH, à validade da CNH, à pontuação, ao processo administrativo, à vida pregressa e à suspensão ou cassação do direito de dirigir;

16.57. Manter contato disponível em tempo integral, por meio presencial ou remoto (telefone fixo/celular), enquanto houver veículos circulando com estudantes, disponibilizando-se a comparecer imediatamente no local, em caso de acidentes ou ocorrências graves;

16.58. O preposto da Contratada deverá, obrigatoriamente, ter poderes para responder pelos serviços a serem contratados, sendo responsável pela coordenação, administração e supervisão do seu pessoal e por qualquer comunicação junto ao Contratante, mantendo sempre alinhamento operacional, de maneira que os contratamentos não interfiram na realização final da prestação de serviço.

## **17. DA GARANTIA DO CONTRATO**

17.1. **A licitante vencedora do certame, quando da sua contratação, prestará garantia de execução do Contrato nos moldes do Art. 7º da Lei No. 13.303/16, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da sua vigência, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;**

17.2. No prazo máximo de 10 dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data de assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

17.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2%;

17.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

17.5. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

17.6. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.7. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

17.8. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

17.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

17.10. O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas;

17.11. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência

contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017;

17.12. **A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:**

17.12.1. **prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;**

17.12.2. **prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;**

17.12.3. **multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e**

17.12.4. **obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.**

17.13. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

17.14. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Banco de Brasília - BRB, com correção monetária.

17.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

17.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios dos art. 827 e 838 do Código Civil;

17.17. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

17.18. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias, contados da data em que for notificada.

17.19. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

17.20. Será considerada extinta a garantia:

17.21. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

17.22. no prazo de 90 dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN nº 05/2017 da SEGES/MPOG.

17.23. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

17.24. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência e no Contrato.

## **18. DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS**

18.1. A Contratada deverá designar formalmente, antes do início da execução contratual, preposto responsável pela representação da empresa junto à Contratante, com poderes e deveres claramente definidos para acompanhamento da execução do objeto, devendo constar do instrumento de designação o nome completo, número do CPF e documento oficial de identificação.

18.2. A Contratante poderá recusar ou determinar a substituição do preposto, de forma devidamente motivada, sempre que entender que sua atuação seja inadequada ou prejudicial à execução contratual, devendo a Contratada promover a substituição no prazo fixado pela Administração.

18.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Contratante por meio do gestor do contrato e dos fiscais designados, aos quais compete registrar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e adotar as medidas necessárias à correção de falhas, irregularidades ou descumprimentos verificados.

18.4. A TCB designará um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente incumbidos do acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual.

18.5. O executor do contrato, ou a comissão de fiscalização, anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando data, identificação dos fatos e, quando aplicável, o nome dos empregados eventualmente envolvidos, bem como as medidas adotadas ou recomendadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências pertinentes.

18.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas e com as disposições da Lei nº 13.303/2016, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

18.7. O executor do contrato deverá comunicar aos seus superiores, em tempo hábil, toda situação que demande decisão ou providência que extrapole os limites de sua competência.

18.8. O gestor e os fiscais do contrato contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno desta TCB, os quais deverão prestar orientação técnica e subsídios necessários à adequada execução contratual e à mitigação de riscos.

## **19. DA PENALIDADE**

19.1. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas nos artigos 82 ao 84 da Lei nº 13.303 de 2016, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e contraditório;

"Art. 82. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a empresa pública ou a sociedade de economia mista rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 83. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada

judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 84. As sanções previstas no inciso III do art. 83 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados."

19.2. Ainda será cabível, quando identificado qualquer descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência e demais normas estabelecidas pela TCB durante execução do contrato, a aplicação das sanções estabelecidas no Anexo VI: Tabela Das Infrações e Penalidades;

19.3. Compete ao gestor ou fiscal do contrato, identificado o descumprimento da obrigação licitatória e/ou contratual, notificar o contratado, assegurando prazo de 10 (dez) dias em caso de penalidade não pecuniária e 15 (quinze) dias no caso de penalidade pecuniária para apresentação de defesa prévia;

19.4. O gestor ou fiscal do contrato ou responsável técnico competente em conjunto com a autoridade competente decidirão sobre o arquivamento da notificação, caso acatem a defesa prévia.

## 20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado conforme o custo proposto pelo licitante vencedor, considerando a quilometragem dos itinerários previamente solicitadas para a execução do contrato e do contrato e efetivamente executado, e nos meses de férias escolares do custo fixo previsto na planilha de Custos.

20.2. Para fins de pagamento serão considerados os seguintes parâmetros:

20.2.1. Quilometragem produtiva: corresponde à quilometragem efetivamente executada relativa ao trajeto compreendido entre o local de embarque do primeiro estudante e a unidade escolar e vice-versa, entre unidades escolares, bem como da unidade escolar ao local de atividade extracurricular, que deverá ser apurada por meio do sistema de monitoramento e controle operacional utilizado pela TCB.

20.2.2. Quilometragem improdutiva: corresponde ao percentual de 5% da quilometragem produtiva mencionada no item 19.2.1.

20.2.3. Quilometragem total: corresponde à soma da quilometragem produtiva com a quilometragem improdutiva.

20.3. Na hipótese de falha do sistema de monitoramento mencionado no item 19.2.1 a quilometragem será apurada administrativamente, com base nas Listas de Frequência, Quadros de Itinerários devidamente atestados pela SEEDF, registros de tacógrafos e demais mecanismos de controle que se fizerem necessários.

20.4. Assim, os serviços serão pagos mensalmente, após o encerramento do mês de referência, e corresponderão à multiplicação do custo unitário do quilômetro pela quilometragem total apurada (produtiva e improdutiva) no período:

$$\text{Pagamento mensal} = \text{quilometragem total} \times \text{valor do km unitário}$$

20.5. No mês de janeiro, em que não há execução do atendimento do serviço transporte escolar em razão das férias escolares, a Contratada fará jus apenas ao valor correspondente ao custo fixo mensal.

20.6. O custo fixo mensal, devido na hipótese prevista acima, será apurado considerando-se para fins de pagamento, a quantidade de veículos efetivamente operantes no mês imediatamente anterior, empregando-se os valores constantes na Planilha de Formação de Custo vigente à ocasião, incluindo-se a respectiva carga tributária.

20.7. Relata-se que, para fins de pagamento dos custos fixos no período de férias escolares, não serão computados os custos com pessoal referentes às despesas com Auxílio Transporte em razão da previsão de suspensão do pagamento desses benefícios durante o período de férias dos empregados, como institui a Lei nº 7.418 de 16 de dezembro de 1985.

20.7.1. Ademais, não serão computados os custos com pessoal referentes às despesas com Auxílio Alimentação e Cesta Básica, em razão da previsão de suspensão do pagamento desses benefícios durante o período de férias dos empregados, salvo disposição diversa constante na Convenção Coletiva de Trabalho ou no Acordo Coletivo de Trabalho adotado pela empresa contratada prevendo o pagamento de Auxílio Alimentação e Cesta Básica em período de férias. Neste caso, a despesa deverá ser incluída na planilha de custos do contrato.

20.7.2. Somente serão considerados, para efeito de pagamento, os veículos que estejam devidamente vistoriados e com dispositivo de rastreamento veicular instalado.

20.8. A Contratante não se responsabilizará, nem efetuará pagamento, por serviços de transporte escolar realizados sem prévia autorização do executor do contrato.

20.9. Em caso de suspensão total do atendimento de transporte escolar, ocasionado por decisão formal emitida pela SEEDF/TCB, diante de caso fortuito ou força maior, por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos a Contratada fará jus apenas ao valor correspondente ao custo fixo mensal, considerando-se os valores constantes na Planilha de Formação de Custo vigente à ocasião, incluindo-se a respectiva carga tributária.

20.9.1. A suspensão parcial do atendimento de transporte escolar não gera o direito de pagamento de custo fixo mencionado no item acima.

20.10. O pagamento será realizado de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de nota fiscal, com liquidação em até 30 (trinta) dias de sua apresentação, e devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

20.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada promova a regularização, iniciando-se novo prazo de pagamento a partir da comprovação da correção, sem que disso resulte qualquer ônus para a Contratante.

20.12. Caso o serviço seja recusado ou a correspondente Nota Fiscal/Fatura apresente incorreções, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do serviço ou do documento fiscal, conforme o caso;

20.13. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mediante parcela única e, caso não seja realizado no prazo estipulado ao item 19.9, o valor em atraso deverá ser reajustado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, nos termos do Decreto Distrital Nº 37.121/2016;

20.14. Em conformidade com o art. 6º. do Decreto nº. 32.767/2011 os pagamentos serão realizados mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB.

*Art. 6º Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB.*

*Parágrafo único. Excluem-se das disposições do caput deste artigo:*

*I. - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;*

*II. - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação*

*própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;*

*III. - os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.*

20.15. Antes de cada pagamento, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação da Contratada. Constatada irregularidade, esta será notificada para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a situação ou apresente defesa, prazo este prorrogável uma única vez, por igual período, a critério da Contratante.

20.16. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

20.17. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

20.18. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecida pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizada (Lei nº 8.036/90);

20.19. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal ou do Estado em que se encontra domiciliada comercialmente a Contratada;

20.20. Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e da Dívida Ativa da União/Ministério da Economia/Receita Federal;

20.21. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

20.22. A empresa operadora deverá encaminhar mensalmente as comprovações dos gastos com pessoal e benefícios. A ausência dessas comprovações ensejará a retenção dos valores correspondentes até a sua regular apresentação, sendo o cálculo das retenções efetuado com base na Planilha de Formação de Custo.

## **21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

21.1. Unidade Orçamentária: 18.101

21.2. Programa de Trabalho:

21.2.1. 19.2.1. 12.361.6221.4976.0002 – Transporte de alunos do Ensino Fundamental- SE/DISTRITO FEDERAL – OCA

21.2.2. 19.2.2. 12.362.6221.4976.9534 – Transporte de alunos do Ensino Médio- SE/DISTRITO FEDERAL- OCA

21.2.3. 19.2.3. 12.365.6221.4976.9535 – Transporte de alunos de Educação Infantil e Pré-Escola- SE/DISTRITO FEDERAL- OCA

21.2.4. 19.2.4. 12.366.6221.4976.9533 – Transporte de alunos Educação de Jovens e Adultos- SE/DISTRITO FEDERAL- OCA

21.2.5. 19.2.5. 12.367.6221.4976.9537 – Transporte de alunos Unidades da Educação Especial- SE/DISTRITO FEDERAL- OCA

21.3. Natureza da Despesa: 33.90.39

21.4. Fonte de Recursos: 100

## **22. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

22.1. Eventual alteração contratual seguirá a Lei 13.303/2016, nos termos do Artigo 81, *in verbis*;

"Os contratos celebrados nos regimes previstos nos incisos I a V do art. 43 da Lei nº 13.303/2016 contarão com cláusula que estabeleça a possibilidade de alteração, mediante acordo entre as partes, nas seguintes hipóteses:

I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

III - quando conveniente a substituição da garantia de execução;

IV - quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

V - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

VI - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ 1º O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no § 1º, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

§ 3º Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º.

§ 4º A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 5º Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, a empresa pública ou a sociedade de economia mista deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 6º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

§ 8º É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada."

## **23. DO REAJUSTE CONTRATUAL**

23.1. A Contratada fará jus à Repactuação, entendida como espécie de reajuste contratual destinada a compensar a elevação dos custos da contratação, mediante a apresentação de demonstração analítica da variação dos componentes desses custos. A repactuação poderá ser concedida desde que observado o interregno mínimo de um ano entre as datas dos orçamentos aos quais a proposta se refere, nos termos da IN nº 05/2017 da SEGES/MPDG e do Decreto Distrital nº 38.934/2018.

23.1.1. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

23.1.1.1. da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes

do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

23.1.1.2. da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

23.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

23.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

23.4. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação é direito da Contratada e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da CF/1988;

23.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação;

23.6. Nos termos da IN nº 05/2017 da SEGES/MPDG, a variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

23.6.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

23.6.2. as particularidades do contrato em vigência;

23.6.3. a nova planilha com variação dos custos apresentada;

23.6.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

23.6.5. a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade Contratante.

23.7. É vedada a inclusão, por ocasião da Repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

23.8. A decisão sobre o pedido de Repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos e serão formalizadas por meio de apostilamento;

23.9. As repactuações que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão com o encerramento do Contrato;

23.10. Os efeitos financeiros da Repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente;

23.11. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento.

## **24. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

24.1. O presente contrato terá o prazo inicial de vigência de trinta (30) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, por interesse das partes por mais 30 meses, com base no artigo art. 71, da Lei 13.303/2016, que estabelece:

Art. 71. A duração dos contratos regidos por esta Lei não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, exceto:

I - para projetos contemplados no plano de negócios e investimentos da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

II - nos casos em que a pactuação por prazo superior a 5 (cinco) anos seja prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.

Parágrafo único. É vedado o contrato por prazo indeterminado.

24.2. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser iniciada, impreterivelmente, em até 5 dias úteis após a assinatura do Contrato.

## **25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

25.1. Ressalta-se que os serviços deverão ser prestados pela Contratada tão logo sejam solicitados pela Contratante.

## **26. DO FORO**

26.1. Fica eleito o Foro do Distrito Federal, Seção Judiciária da Cidade de Brasília/DF, para dirimir eventuais conflitos acerca da execução do presente objeto de contratação.

## **27. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA**

27.1. Integram o presente Termo de Referência, como partes indissolúveis:

27.1.1. Anexo I: Planilha de Itinerários

27.1.2. Anexo II: Planilha de Formação de Custo

27.1.3. Anexo III: Planilha de Depreciação e Remuneração de Frota

27.1.4. Anexo IV: Formulário de Avaliação Técnico Operacional

27.1.5. Anexo V: Formulário de Vistoria Veicular

27.1.6. Anexo VI: Tabela Das Infrações e Penalidades

27.1.7. Anexo VII: Convenção Coletiva e Pisos Salariais

27.1.8. Anexo VIII: Logomarca da TCB

27.1.9. Anexo IX: Manual de Instalação de Logomarca

27.1.10. Anexo X: Planilha de Encargos Sociais

## **ANEXO II**

### **MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

#### **(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)**

À Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB

Apresentamos proposta de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/202\_\_, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos.

Estimativa de Custo da Contratação										
Quantidade de Estudantes	Quantidade de Quilometragem (Produtiva + Improdutiva (5% Produtiva))			Veículos (mínimo)		Custo por KM (R\$/Km)	PMA (Km)	Valor Mensal (R\$)	Valor Mensal em período sem operação (R\$)	Valor Global do Contrato (30 Meses) (R\$)
	Diária (Km)	Mensal (Km)	Anual (Km)	Operante (Veic.)	Reserva (Veic.)					

Declaramos que esta proposta tem validade de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de abertura da licitação.

O prazo para início das prestações dos serviços será de até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias \_\_\_\_, contados a partir da data da assinatura do contrato.

Declaramos ainda, que nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

Declaramos que abstermos de realizar a vistoria e assumimos completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento da realidade da TCB. (caso não faça a vistoria)

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Identificação do Representante legal da Licitante

(A proposta deverá conter: Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, número do CNPJ, banco, agência e conta bancária)

ANEXO III

Modelo de Declaração Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019.

ÓRGÃO/ENTIDADE:  
PROCESSO Nº:  
CNPJ/CPF :  
INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL:  
REPRESENTANTE LEGAL:  
CPF:

A pessoa jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no artigo 38, da Lei nº 13.303/2016, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019:

*"§1º É vedada a contratação de empresa ou a sua participação, em processos licitatórios, quando verificada a existência vínculo, direto ou indireto, com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau."*

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

ANEXO IV

Sanções RILC TCB

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VI

Modelo de Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical

DECLARO que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, está regulamente filiada ao Sindicato \_\_\_\_\_, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se às sanções previstas na Lei 13.303/2016 e no RILC da TCB, em caso de irregularidades.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SGON QUADRA 6 LOTE ÚNICO BLOCO A - Bairro ASA NORTE - CEP 70610-660 - DF  
Telefone(s): 6133422927  
Sítio - www.tcb.df.gov.br

00095-00000320/2026-41

Doc. SEI/GDF 204669277